



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição de Âmbito PDA n.º 275

Projeto “Central Híbrido da Herdade dos Gagos”

julho de 2026

Título: Relatório de Consulta Pública
Proposta de Definição de Âmbito n.º 275
Projeto Híbrido da Herdade dos Gagos

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: julho de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS	3
4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública da Proposta de Definição de Âmbito relativa ao “Projeto Híbrido da Herdade dos Gagos”

O proponente do Projeto é a Empresa C. Solar NE25-2 Monte Branco, S.A.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 15 dias úteis de 06 a 24 de julho de 2026.

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

Afixação de Anúncios:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
- Câmara Municipal de Portel.
- Câmara Municipal de Vidigueira.

Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.

Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Foram recebidas 43 exposições com a seguinte proveniência:

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)/Outras Associações:

- Associação Monte Alegre.
- Plataforma pela Sustentabilidade e Biodiversidade do Algarve e Alentejo (PPSBAA).

Cidadãos: 41 Cidadãos.

Foram recebidas 44 exposições no Portal Participa. No entanto, uma das exposições, apresentada pela Vulture Conservation Foundation (VCF), em representação do consórcio do Projeto LIFE Aegyptius Return, não se enquadrava no âmbito da consulta pública do projeto em avaliação.

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Associação Monte Alegre

A Associação Monte Alegre considera que a Proposta de Definição de Âmbito (PDA) identifica adequadamente os principais fatores ambientais potencialmente afetados pelo projeto, mas entende que a hierarquização proposta deve ser revista para assegurar que o futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA) incida prioritariamente sobre os descritores suscetíveis de gerar impactes significativos.

Considera adequadamente valorizados os descritores Sistemas Ecológicos, Paisagem e Recursos Hídricos Superficiais, atendendo à presença de habitats sensíveis, avifauna com interesse conservacionista, recursos hídricos e à dimensão das infraestruturas previstas.

Contudo, entende que os Recursos Hídricos Subterrâneos, os Solos, a Saúde Humana e o Património Cultural se encontram subavaliados, defendendo que estes fatores assumam maior relevância no âmbito do futuro EIA.

A Associação destaca a necessidade de aprofundar a avaliação dos impactes sobre a avifauna, os quirópteros, os habitats naturais, a flora, os povoamentos de sobreiro e azinheira, os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, os solos, a erosão, a paisagem e o património cultural, com especial atenção aos impactes cumulativos com outros projetos de energias renováveis existentes ou previstos na região.

Recomenda, ainda, a realização de estudos específicos sobre risco de colisão e perturbação da avifauna, monitorização de quirópteros, caracterização detalhada dos habitats e da vegetação, avaliação dos efeitos sobre a recarga aquífera e drenagem natural, análise dos riscos associados ao sistema de armazenamento de energia (BESS), incluindo cenários de incêndio e emergência, bem como avaliação dos potenciais efeitos na saúde humana relacionados com ruído, campos eletromagnéticos, tráfego, segurança e perceção de risco.

Defende, igualmente, a análise de alternativas de localização e de traçado das infraestruturas, a avaliação detalhada dos impactes paisagísticos através de estudos de visibilidade e simulações visuais, bem como a salvaguarda do património arqueológico e megalítico existente na área de influência do projeto.

Em conclusão, a Associação Monte Alegre considera que a PDA constitui uma base adequada para o desenvolvimento do EIA, recomendando, contudo, o reforço do âmbito de análise de diversos descritores ambientais, de forma a garantir uma avaliação ambiental abrangente, proporcional à dimensão e complexidade do projeto e compatível com os princípios da prevenção e da precaução.

Plataforma pela Sustentabilidade e Biodiversidade do Algarve e Alentejo (PPSBAA)

Considera que a Proposta de Definição de Âmbito apresenta insuficiências metodológicas na caracterização dos sistemas ecológicos, habitats, flora, avifauna, quirópteros e restante fauna, entendendo que a informação disponibilizada não demonstra adequadamente que o futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA) permitirá avaliar de forma robusta os impactes do projeto.

Destaca a necessidade de aprofundar a avaliação da biodiversidade, da conectividade ecológica, da funcionalidade dos ecossistemas e dos impactes cumulativos com outros projetos existentes ou previstos na região.

Manifesta particular preocupação com os potenciais impactes sobre a avifauna, nomeadamente espécies com elevado valor de conservação, como o abutre-preto, a águia-real, a águia-de-Bonelli, a águia-imperial-ibérica, o britango e a cegonha-preta, defendendo a realização de campanhas de monitorização mais extensas, abrangendo um ciclo anual completo e metodologias específicas para aves noturnas e migração.

Considera, ainda, que as medidas de mitigação propostas para os aerogeradores não substituem a necessidade de evitar a implantação de infraestruturas em áreas ecologicamente sensíveis.

Em conclusão, a PPSBAA emite parecer desfavorável à PDA, recomendando a sua revisão e o reforço das metodologias de estudo, da avaliação dos impactes cumulativos e da aplicação do princípio do evitamento como forma prioritária de proteção dos valores naturais mais sensíveis.

Cidadãos

Participaram 41 cidadãos, os quais, na sua maioria, consideram que esta Proposta de Definição de Âmbito (PDA) não define com o rigor necessário as metodologias e o âmbito de análise a desenvolver no futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

Dos 41 cidadãos, 9 apresentam a sua fundamentação de discordância em documento anexo.

Foram analisados os anexos apresentados pelos cidadãos em que:

3 Cidadãos apresentam a mesma exposição:

Emitem posição desfavorável à Proposta de Definição de Âmbito (PDA), considerando que o documento não define com o rigor necessário as metodologias e o âmbito de análise a desenvolver no futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA), especialmente no que respeita à avaliação da avifauna.

Referem que a área de implantação do projeto apresenta elevada sensibilidade ecológica e potencial utilização por diversas espécies de aves com elevado valor de conservação, nomeadamente o abutre-preto, a águia-de-Bonelli, a águia-real, a águia-imperial-ibérica, o britango e a cegonha-preta.

Consideram insuficiente a metodologia proposta para a caracterização da avifauna, nomeadamente o reduzido número de campanhas de observação previstas e a ausência de metodologias específicas para aves noturnas, migração noturna, identificação de corredores de voo, áreas de alimentação, territórios de reprodução e outras zonas de utilização regular pelas espécies mais sensíveis. Salientam, ainda, a importância da proximidade da colónia reprodutora de abutre-preto da Serra do Mendro e a necessidade de assegurar uma avaliação aprofundada dos potenciais impactos sobre as espécies de aves de rapina existentes na região.

Referem que as medidas tecnológicas de mitigação, como os sistemas automáticos de deteção e paragem temporária dos aerogeradores, não eliminam os riscos associados à colisão, perda e fragmentação de habitat, perturbação das espécies e alteração da funcionalidade ecológica do território, defendendo que a seleção da localização das infraestruturas deve privilegiar o evitamento de áreas ecologicamente sensíveis.

É ainda referida a necessidade de avaliar adequadamente os impactos cumulativos resultantes da interação do projeto com outras infraestruturas energéticas existentes ou previstas na região, de modo a compreender os efeitos conjuntos sobre a biodiversidade e a conectividade ecológica.

Em conclusão, recomendam a revisão da PDA, com reforço das metodologias de estudo da avifauna, da identificação das áreas ecologicamente sensíveis, da avaliação dos impactos cumulativos e da aplicação efetiva da hierarquia da mitigação, emitindo parecer desfavorável à proposta apresentada.

4 cidadãos apresentam a mesma exposição:

Os quatro cidadãos manifestam a sua preocupação com os potenciais impactes do Projeto Híbrido da Herdade dos Gagos sobre a avifauna, salientando a elevada sensibilidade ecológica da Serra do Mendro e a proximidade de áreas utilizadas por espécies ameaçadas e protegidas, designadamente o abutre-preto, a águia-real, a águia-de-Bonelli, a cegonha-preta, a águia-imperial-ibérica e o britango.

Destacam, em particular, a importância da colónia reprodutora de abutre-preto existente na região e o potencial risco de colisão, perturbação, perda de habitat e exclusão funcional associado às infraestruturas previstas. [

Consideram que a metodologia proposta na PDA para a caracterização da avifauna é insuficiente, por prever um número reduzido de campanhas de amostragem, limitadas temporalmente, não contemplar metodologias específicas para espécies prioritárias e aves noturnas, nem permitir uma adequada caracterização das áreas de alimentação, reprodução, deslocação e utilização regular pelas espécies mais sensíveis.

Referem, igualmente, a inexistência de informação sobre o número de quercíneas potencialmente afetadas e a ausência de alternativas de localização do projeto.

Recomendam o reforço da monitorização da avifauna através de metodologias mais robustas, a avaliação dos impactes decorrentes da perda e fragmentação de habitat e do efeito de exclusão sobre as espécies, bem como a apresentação de alternativas de localização para o projeto.

Defendem, ainda, uma análise mais aprofundada dos impactes cumulativos com outros projetos energéticos existentes ou previstos na região, considerando que os efeitos conjuntos sobre a avifauna, nomeadamente sobre o abutre-preto, a águia-real e a águia-de-Bonelli, se encontram subavaliados.

Em conclusão, considera que a PDA apresenta lacunas significativas na caracterização da situação de referência e na avaliação dos impactes ambientais, entendendo que o projeto poderá representar um risco relevante para espécies ameaçadas e protegidas e comprometer a integridade ecológica da região, emitindo parecer desfavorável à proposta apresentada.

Uma Cidadã:

A Cidadã manifesta preocupação com a crescente concentração de projetos de energias renováveis no Alentejo, considerando que a avaliação do Projeto Híbrido da Herdade dos Gagos não deve ser efetuada de forma isolada, mas enquadrada no contexto dos diversos empreendimentos energéticos existentes, aprovados ou previstos para a região.

Refere que a principal lacuna da PDA reside na insuficiente avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos sobre a biodiversidade, paisagem, recursos hídricos, solos, atividade agrícola e florestal, bem como sobre a qualidade de vida das populações.

Questiona o modelo de ocupação territorial associado à expansão das energias renováveis, defendendo uma maior aposta na produção descentralizada, no aproveitamento de coberturas de edifícios, áreas industriais, estacionamento e outras zonas já artificializadas, bem como no desenvolvimento de comunidades de energia renovável e soluções de autoconsumo coletivo.

Considera, ainda, que a transição energética deve ser acompanhada por estratégias de eficiência energética e redução do consumo, defendendo uma análise mais clara da necessidade efetiva de nova capacidade instalada e da distribuição dos benefícios e custos ambientais associados.

Em conclusão, solicita que o futuro Estudo de Impacte Ambiental inclua uma avaliação rigorosa e independente dos impactos cumulativos de todos os projetos energéticos da região, abrangendo as dimensões ambiental, social, económica, paisagística e de saúde pública, considerando que sem essa análise não existem condições para uma apreciação ambiental completa e fundamentada do projeto

Outro Cidadão:

Manifesta oposição ao Projeto Híbrido da Herdade dos Gagos, considerando que a PDA não demonstra adequadamente os potenciais impactos sobre a avifauna protegida existente na área de influência do projeto.

Refere a proximidade de áreas classificadas pelo ICNF como críticas e muito críticas para a nidificação do abutre-preto, águia-real, águia-perdigueira e cegonha-preta, entendendo que não é apresentada informação suficiente sobre as distâncias entre estas áreas e os aerogeradores previstos, nem sobre os riscos específicos de colisão para cada espécie.

Considera, igualmente, insuficientes as medidas de mitigação propostas para a avifauna, designadamente a eventual utilização de sistemas automáticos de deteção e paragem de aerogeradores e a instalação de sinalizadores na linha elétrica apenas em alguns troços, defendendo uma abordagem mais exigente na prevenção dos riscos de colisão e mortalidade das aves.

Salienta, ainda, a necessidade de uma avaliação mais aprofundada dos impactos cumulativos associados a outros parques eólicos, centrais fotovoltaicas e linhas elétricas existentes ou previstos na região, incluindo os efeitos resultantes da fase de construção das diferentes infraestruturas.

É também solicitada a inclusão, nos estudos de campo do futuro EIA, de espécies adicionais com interesse conservacionista, nomeadamente a águia-imperial-ibérica, a águia-cobreira e o peneireiro-comum, cuja presença considera estar documentada na área de estudo.

Relativamente à flora e habitats, manifesta preocupação com a potencial afetação de povoamentos de sobreiro e azinheira, defendendo a demonstração de alternativas de localização que evitem a sua afetação, bem como a quantificação e compensação de qualquer impacto inevitável através de medidas de reflorestação com espécies autóctones. Entre as recomendações apresentadas destacam-se a quantificação das distâncias entre os aerogeradores e os territórios de nidificação das espécies sensíveis, a realização de estudos específicos de risco de colisão por espécie, a adoção de sistemas de deteção e paragem automática dos aerogeradores com carácter vinculativo, a instalação de sinalização avifaunística ao longo de toda a linha elétrica em zonas sensíveis, a identificação nominal dos projetos considerados na avaliação de impactes cumulativos e o reforço das medidas de proteção da avifauna e das quercíneas existentes.

Em síntese, considera que o EIA deverá aprofundar significativamente a avaliação dos impactes sobre a avifauna, os impactes cumulativos e a proteção dos valores ecológicos e florestais da área de implantação do projeto, emitindo parecer desfavorável à proposta apresentada.

Os restantes 32 cidadãos:

Os principais temas abordados incluem a preocupação com os impactes negativos sobre a biodiversidade, avifauna, habitats naturais, recursos hídricos, solos e paisagem, bem como os efeitos cumulativos associados à crescente implantação de projetos de energias renováveis na região.

Defendem que a transição energética deve privilegiar áreas já artificializadas, como edifícios, parques de estacionamento ou zonas industriais, evitando a ocupação de solos agrícolas e florestais.

Destacam ainda potenciais impactes sobre o património cultural e arqueológico, a qualidade de vida das populações, a atividade agrícola e a identidade paisagística do território alentejano.

Foram igualmente apresentadas sugestões para o futuro Estudo de Impacte Ambiental, nomeadamente o aprofundamento da análise dos impactes cumulativos, da avifauna e quirópteros, dos recursos hídricos, da segurança associada ao sistema de armazenamento por baterias e da avaliação de alternativas de localização.

Registaram-se também contributos favoráveis à adoção de medidas de minimização e valorização ambiental, incluindo a preservação da vegetação existente, a promoção da biodiversidade e a implementação de práticas de gestão compatíveis com a conservação dos valores naturais.

De forma geral, as participações sem anexo refletem uma preocupação significativa com a compatibilização entre os objetivos da transição energética e a proteção dos recursos naturais, paisagísticos, patrimoniais e socioeconómicos da área de implantação do projeto.

CONCLUSÃO:

A maioria das participações manifestam discordância relativamente à PDA apresentada, centrando as suas preocupações nos potenciais impactes sobre a biodiversidade, a avifauna, os habitats naturais, os recursos hídricos, a paisagem e a ocupação do solo.

Vários cidadãos consideram que a implantação de infraestruturas de produção de energia renovável deverá privilegiar áreas já artificializadas, como coberturas de edifícios, parques de estacionamento e zonas industriais, em detrimento da ocupação de áreas rurais e naturais.

Foi igualmente referido o potencial efeito cumulativo decorrente da concentração de projetos energéticos na região, bem como a necessidade de salvaguardar o património natural, cultural e arqueológico existente.

As associações designadamente a Plataforma pela Sustentabilidade e Biodiversidade do Algarve e Alentejo (PPSBAA), e a Associação Monte Alegre, defenderam o reforço do âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental, com especial incidência na caracterização ecológica da área de estudo, na avaliação da avifauna e dos quirópteros, na análise dos impactes cumulativos e na demonstração da eficácia das medidas de mitigação propostas.

A PPSBAA considerou que a Proposta de Definição de Âmbito apresenta insuficiências metodológicas na caracterização dos sistemas ecológicos, habitats, flora e fauna, defendendo o reforço das metodologias de amostragem e da avaliação dos impactes cumulativos.

Foram, ainda, apresentadas participações contendo sugestões e recomendações para o futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA), nomeadamente o aprofundamento dos estudos relativos à biodiversidade, avifauna, recursos hídricos, património cultural, saúde humana e impactes cumulativos, bem como a avaliação de alternativas de localização e de configuração do projeto

Nas exposições apresentadas que não concordam com a PDA, destacam-se, ainda, algumas das principais preocupações identificadas:

- Impactes na biodiversidade, especialmente sobre aves de rapina, morcegos e habitats naturais.
- Destruição ou fragmentação de áreas florestais, montado, sobreiros e azinheiras.
- Alteração da paisagem e perda da identidade territorial do Alentejo.
- Impactes cumulativos com outros projetos renováveis existentes ou previstos na região.

- Potenciais efeitos sobre recursos hídricos superficiais e subterrâneos.
- Defesa da instalação de painéis solares em áreas já artificializadas (telhados, estacionamento, zonas industriais) em vez de solo rural.
- Preocupações com património arqueológico e megalítico existente na área.
- Necessidade de estudos mais aprofundados sobre avifauna, património, saúde humana e riscos associados ao sistema de baterias (BESS).

Nas exposições sobre concordância/recomendação da PDA:

- Houve apenas uma participação que refere que concorda, embora o teor do comentário seja crítico relativamente a centrais solares em geral.
- Algumas participações classificadas como Sugestão, propõem reforço dos estudos ambientais, medidas de proteção da biodiversidade e ajustamento ao âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA).